

Função e disfunção analíticas quando o objeto interno é a própria psicanálise: algumas reflexões sobre instituições psicanalíticas

Ana Clara Duarte Gavião,¹ São Paulo

Resumo: Partindo de situações vividas na instituição psicanalítica, na análise pessoal, na clínica privada e em hospital público, a autora propõe algumas reflexões sobre a internalização da psicanálise como um objeto a ser desidealizado durante a análise didática, questionando alguns aspectos dos três modelos de formação oficializados pela IPA e fazendo algumas conexões com a história do movimento psicanalítico e a contemporaneidade.

Palavras-chave: função analítica, objeto interno, instituição psicanalítica, formação psicanalítica, contemporaneidade

Sabia muito bem, naturalmente, que qualquer pessoa, ao primeiro contato com as realidades desagradáveis da análise, pode reagir fugindo; eu próprio sempre havia sustentado que na compreensão da análise, cada indivíduo é limitado por suas próprias repressões (ou antes, pelas resistências que as sustentam) de modo que não pode ir além de um certo ponto em sua relação com a análise.
(Freud, 1914/1990a, p. 62)

1. Corredores e elevadores da instituição e o *setting* psicanalítico

Nos corredores das instituições e, como no exemplo abaixo, até mesmo nos elevadores, ou seja, em contextos informais, muitas conversas podem suscitar reflexões significativas.

Recentemente, ao sair de uma reunião na SBPSP, tomei o elevador com uma colega e descemos os nove andares até o térreo ao lado de outras colegas que eu não conhecia, mas, pelo o que conversavam, percebia-se que estavam começando a formação em nosso instituto. Chamou-me a atenção o tom entusiasmado com o qual compartilhavam a satisfação pelo ingresso na instituição, até que uma delas comenta: “Pena que há essa exigência de nos primeiros meses

1 Membro associado da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo, SBPSP. Doutora em Psicologia Clínica pelo Instituto de Psicologia, USP.

fazemos só análise, sem podermos cursar os seminários...”. Concordando, as outras dizem algo assim: “É verdade, esse regulamento da análise didática é rígido e antiquado, com critérios numéricos, quantitativos, controladores da frequência e duração da análise pessoal”.²

Fiquei, então, intrigada com essa situação, e no caminho de volta para casa fiquei me perguntando o seguinte: mesmo sendo compreensível e preciosa a motivação para cursar o quanto antes os seminários, por que escolher tornar-se psicanalista, por livre e espontânea vontade, considerando a própria análise pessoal uma imposição institucional rígida e antiquada? Qual a concepção de critérios flexíveis e qualitativos para a análise de formação? Havendo outras instituições que oferecem formação psicanalítica sem regulamentação para a análise pessoal, por que o interesse em filiar-se a uma instituição que a regulamenta?

Tendo em vista certa contradição entre uma suposta valorização da instituição livremente escolhida e a aparente discordância do respectivo regulamento da análise de formação, logo me lembrei de minha própria experiência no Instituto da Sociedade de São Paulo e de inúmeras conversas que tive com meu saudoso analista didata: sou-lhe muito grata pela paciência com a qual abordou minhas inquietações e insatisfações, de certa forma semelhantes às das colegas que encontrei no elevador!

Quantas e quantas sessões dedicadas a meus questionamentos em relação ao regulamento do instituto, muitas vezes em relação à frequência de sessões: “Por que a exigência da frequência mínima de quatro sessões? Muitos anos antes de eu ingressar na formação eu já fazia análise com você, em alguns períodos, inclusive, com quatro sessões por semana! Atualmente estou muito atarefada, o trânsito em São Paulo está cada vez pior, por que essa rigidez?”. Meu analista dizia, serenamente: “É verdade que você tem longa experiência analítica prévia, mas de quando você ainda não estava filiada ao instituto. Os cinco anos de análise com o mínimo de quatro sessões por semana, previstos pelo regulamento, passaram a ser computados quando você quis assumir este compromisso institucional”. E eu recorria ao tão habitual argumento: “Mas atualmente estou com falta de tempo, de dinheiro”. Ele continuava firme e suave: “Quanto aos meus honorários, sempre pudemos chegar a acordos que nos permitiram continuar. Quanto à falta de tempo, se você quiser, mesmo, podemos reduzir a frequência, basta comunicarmos à secretaria a interrupção de sua análise didática”.

Eu ficava furiosa, mas ao mesmo tempo evidenciavam-se a coerência e a liberdade no cumprimento de um compromisso oficial assumido espontânea e publicamente. Penso que nunca senti, genuinamente, que eu quisesse mesmo reduzir a frequência, pois, provavelmente, eu estava testando a consistência do *setting* e a ética psicanalítica nesse contexto e nessa relação; caso contrário, eu

2 O regulamento do instituto da SBPSP prevê a análise didática com frequência mínima de quatro sessões por semana, por um mínimo de cinco anos.

teria optado por outra instituição, como muitos amigos e colegas psicanalistas que optaram por outros modelos de formação, ou até mesmo por nenhuma formação institucional, cuja qualidade de trabalho sempre reconheci e respeitei, apesar das diferenças de enfoque clínico e teórico. Podemos reconhecer como consensual a ideia de que a instituição ou o modelo de formação, por si sós, não garantem nada, apenas procuram promover o desenvolvimento psicanalítico de acordo com concepções e critérios que lhes pareçam mais favoráveis aos seus objetivos, herdando-os de gerações anteriores e de suas peculiaridades culturais.

Particularmente, fui desenvolvendo minha própria convicção das vantagens para o contato com a realidade psíquica decorrentes da maior frequência de sessões e da disposição para muitos anos de análise, tanto em meu processo pessoal como com meus analisandos. Podemos considerar valiosas as bases clínicas proporcionadas pelo regulamento da análise didática do instituto da SBPSP, numa perspectiva diferente daquelas que consideram a análise regulamentada obsoleta, subalterna, fruto de manobra política ou de burocracia autoritária a serviço da manutenção do *status quo* (Cabral, 2012; Fainstein, 2012; Hermann, 2013; Meyer, 2007). Embora vivenciando na clínica muitas surpresas e dificuldades cotidianas, acredito ser possível adquirirmos crescente flexibilidade para manejar resistências intersubjetivas e compreendermos analiticamente as identificações projetivas na realidade material e externa, auxiliados pela referência de analistas seguros quanto ao valor do *setting* psicanalítico clássico como facilitador do desenvolvimento da função analítica.

Como paralelamente à clínica privada trabalhei por cerca de 20 anos em uma instituição pública hospitalar, diversas pesquisas e intervenções de orientação psicanalítica lá realizadas permitiram constatar a viabilidade da clínica psicanalítica estendida a *settings* não convencionais, porém considerando o *setting* clássico o ponto de partida imprescindível para tal extensão (Gavião, 1996; 2003; 2004; 2005).³

Há quem veja esse tipo de experiência como uma espécie de doutrinação e de submissão cega a uma instituição idealizada, a um analista idealizado, à psicanálise idealizada. Entretanto, a idealização da psicanálise e das instituições filiadas ou não à IPA pode encontrar-se mais na expectativa de obter desenvolvimento analítico sem um compromisso efetivo com a experiência intensiva de imersão no processo analítico, seja no lugar de analisando ou de analista. Nesse sentido, a institucionalização da psicanálise pode ser vista como favorável à criatividade do processo analítico e a sua desidealização (Rocha, 2001). Como sabemos, teoricamente a idealização é acompanhada da inveja, e quando

3 Carlos Augusto Calil, referindo-se à interessante metáfora criada por Aloísio Magalhães sobre o valor do acúmulo de experiência transgeracional e a importância de se preservar o passado nas instituições, diz: “A cultura é como um estilingue, que quanto mais esticado para trás, mais longe atira a sua pedra. Essa questão de recuar para se nutrir de elementos que nem sempre são propriamente contemporâneos, mas constituem certa tradição, me parece muito importante”. (2009, p. 16).

o objeto idealizado é a própria psicanálise (Caper, 2002), as dificuldades e frustrações que inevitavelmente se impõem na prática clínica ou na própria vida geram hostilidades ao *setting* clínico e institucional. Dito de outra forma, a “reação terapêutica negativa” pode ser compreendida como efeito da inveja (Klein, 1946/1991; 1957/1991).

Referindo-se ao denegrimiento das facetas temporais do *setting* psicanalítico básico – frequência de quatro ou cinco sessões semanais, de duração de 40 a 50 minutos em vários anos de trabalho –, Quinodoz (1992) postula, com interessantes exemplos clínicos, a repetição do desejo inconsciente de destruir a capacidade criativa do objeto idealizado e invejado. De acordo com as observações da autora, em minha experiência também verifico que, quando a psicanálise é fantasiada como muito poderosa, o *setting* pode tornar-se insignificante, cabendo ao analista, especialmente nas análises de formação, não se permitir ser “castrado” ou conivente com os ataques às condições básicas para funcionar analiticamente.

Nesse mesmo artigo, Quinodoz refere-se ao *setting* psicanalítico como “instrumento da função continente”, ponderando que o continente propiciado pelo *setting* psicanalítico clássico tanto pode ser associado a “um jarro inerte que não interage com seus conteúdos” – a coisificação do *setting* –, como a uma “mama”, que produz e contém o leite numa dinâmica viva e interativa. Em outra analogia interessante, a autora compara os enquadres analíticos à fotografia e à cinematografia, referindo-se à diferença entre observar fotos (análise com baixa frequência de sessões) e um filme, cujas imagens se integram em movimento contínuo (análise com frequência alta de sessões). Em suas palavras:

Em minha opinião, a função do analista como continente criativo se expressa de modo particular através do *setting*. O *setting* não é um continente inerte, uma mera justaposição de regras, mas sim um continente ativo, que interage dinamicamente com o processo. Observar as condições da situação psicanalítica parece-me importante se o que se espera é o surgimento de um processo psicanalítico. A pressão exercida pelo paciente (ou o futuro paciente) sobre o analista para que abandone algum aspecto do *setting* pode, às vezes, ser interpretado como ataques inconscientes na função de continente criativo do analista, inclusive do próprio paciente. (Quinodoz, 1992, p. 635)⁴

Atualmente, colegas com posicionamentos semelhantes aos aqui propostos têm sido chamados, sob determinado vértice, de “fundamentalistas da alta frequência”. Considerando inútil recorrer a argumentos que fomentariam a polarização em torno dessa questão (por exemplo, apreendendo tal vértice como “fundamentalismo da desregulamentação”), resgato a reflexão trazida

4 Tradução de Regina de Baptista Colucci.

na carta-convite ao presente número deste *Jornal*, quando refere-se ao segundo eixo desta trilogia – “Transmissão da psicanálise e regulamentação” – por permitir pensar na importância da tolerância aos paradoxos inerentes às instituições psicanalíticas:

Mas essa tensão [entre a liberdade do analista e a observação aos regulamentos e estatutos] atinge, sobretudo, nosso cotidiano de prática clínica: como trabalhamos e “escutamos” o *setting* criado e recriado com cada paciente. A mera reprodução de teorias já consagradas, com ausência de uma apreensão criteriosa de seus fundamentos, traz o risco de imposição aos pacientes dos modelos e compreensões preexistentes. O singular da relação fica, deste modo, excluído. Ao mesmo tempo, se consideramos próprio da psicanálise sua reinvenção a cada encontro, não podemos desconsiderar as invariâncias que tornam tal reinvenção possível. A polarização entre uma ou outra perspectiva poderia ocultar uma tentativa de resolver uma tensão e um paradoxo que em si mesmo é insolúvel. (Massi, 2014)

Quando levamos em conta os três modelos de formação reconhecidos oficialmente pela IPA, notamos que nenhum deles está isento de problemas e críticas, como podemos ver a seguir.

2. Os três modelos de formação da IPA

O “Informe del Comité de Educación (CE) de la API” (Erich, 2006), disponível no site da Associação Brasileira de Candidatos (ABC), apresenta um estudo comparativo dos três modelos de formação reconhecidos pela IPA – Eitingon, francês e uruguaio – elaborado a partir de seis dimensões selecionadas como critérios para diferenciá-los em suas características mais marcantes, e não exatamente nos muitos detalhes e variações de um instituto para outro, às vezes encontradas dentro do mesmo modelo:

- a) O fundamento intelectual subjacente: aspectos particulares e especiais da lógica que caracteriza e sustenta o modelo.
- b) A filosofia da educação psicanalítica subjacente: noções específicas sobre como deve ser conduzida a educação psicanalítica enquanto tarefa especializada, ou seja, o que é necessário em termos de admissão, imersão, credenciamento etc.
- c) O processo psicanalítico subjacente ao processo educacional: noções psicanalíticas que influenciam ou determinam como a psicanálise deve ser ensinada e transmitida.

- d) Considerações sobre a extensão da exposição em contraste com a profundidade: há uma preferência por uma exposição mais completa e talvez mais superficial às escolas psicanalíticas ou por uma exposição mais limitada e talvez mais profunda (*curriculum*, orientações teóricas, autores etc.)?
- e) Questões de poder, autoridade e autorização: como o modelo se ocupa dos interesses de poder e de autoridade, manifestos ou velados, incluindo a autorização por si mesmo e pelos outros.
- f) Comentários críticos: foi significativo o fato de que os colaboradores do estudo, representantes de cada um dos modelos, mostraram-se cientes de certos problemas e deficiências, sendo útil considerar se são uniformes ou específicos para cada um dos modelos.

Não pretendo aqui me estender nos achados e conclusões deste estudo, já que o leitor interessado pode acessá-los na íntegra no referido texto. Gostaria apenas de destacar alguns aspectos que me chamam atenção, com o objetivo de contribuir para a discussão sobre o tema das diferenças institucionais relacionadas a esses modelos de formação.

Primeiramente, os três modelos adotam o tripé “análise pessoal, *curriculum* didático e experiência analítica supervisionada”, porém as principais diferenças decorrem do lugar ocupado pela análise pessoal do candidato: enquanto que no modelo Eitingon a análise didática é parte integrante da formação institucional e realizada por um analista didata oficialmente reconhecido pela própria instituição, no modelo francês ela é colocada fora dos limites da formação, deixando de existir o termo “análise didática”; a análise pessoal do candidato do modelo francês ocorre antes da admissão à formação, podendo ser realizada por qualquer membro da IPA, sendo que em uma Sociedade pode ser realizada inclusive por candidatos. O modelo uruguaio, por sua vez, procurando superar sua histórica concentração de poder em torno de um grupo de analistas didatas, criou quatro grupos especializados de analistas com diferentes funções – admissão, supervisão, análise pessoal e ensino – também extinguindo a categoria de analista didata.

O referido Informe entende que no modelo Eitingon o objetivo da análise pessoal é ocupar-se das estruturas defensivas, transferências, resistências, material infantil e estados mentais primitivos, desidealizando a análise e a profissão, o que requer uma imersão intensiva através, preferencialmente, de quatro ou cinco sessões semanais, sendo que a análise supervisionada segue esses mesmos princípios. Tais padrões numéricos têm sido questionados em alguns institutos quanto a sua validade para avaliar o crescimento individual, privilegiando-se a opinião coletiva de supervisores, ou, como na Europa e em alguns institutos dos Estados Unidos, a apresentação de um caso clínico a um grupo de didatas que avaliam e votam.

No modelo francês, a frequência de sessões da análise pessoal do candidato não é determinada, ocorrendo, em geral, de três a quatro vezes por semana, com o objetivo de clarear e elaborar as motivações para tornar-se analista. A entrevista de admissão avalia a qualidade desse processo analítico prévio, enfatizando os conteúdos e a dinâmica inconscientes, como, por exemplo, a flexibilidade do funcionamento mental, o Édipo, a passividade e a bissexualidade, os *après-coups*, a neurose infantil, a introjeção da função analítica e a capacidade negativa, sendo a análise das defesas considerada por demais “psicoterapêutica”. A ênfase encontra-se na supervisão, realizada por “membros titulares”, voltada à profunda escuta analítica.

O modelo uruguaio requer uma imersão considerável em termos de tempo dedicado à análise pessoal: três anos e meio antes da admissão, com um analista da IPA e mais cinco anos durante a formação, depois de ter começado no instituto, com um membro do Grupo de Análise Pessoal. Considera-se que a plena imersão e regressão dentro do *setting* da análise pessoal favorece um funcionamento maduro frente à instituição. A frequência mínima é de três sessões por semana, passando a cinco sessões semanais em períodos de maior intensidade e regressão, conforme decisão conjunta do analista e candidato, sem determinação do número total de horas. A avaliação segue o modelo universitário, baseando-se nas anotações escritas dos seminários, nas sessões transcritas da supervisão e na apresentação de uma tese de mestrado sobre um caso clínico com elaboração teórica. O instituto uruguaio foi oficialmente reconhecido em 2003 como um instituto universitário de pós-graduação.

Quanto à amplitude *versus* profundidade de exposição, em geral se considera que no modelo Eitingon há uma ampla exposição de autores, partindo-se de um núcleo básico da teoria freudiana do conflito, sendo que alguns entrevistados consideram o risco de divisões no corpo docente, assim como de fragmentação e confusão; reconhece-se em alguns locais um renovado interesse em estudar Freud. No modelo francês a ênfase recai sobre Freud, com liberdade de cursos e seminários e certas variações entre os países quanto aos conteúdos teóricos adicionais, dando-se preferência, geralmente, à profundidade em vez da amplitude. O modelo uruguaio caracteriza-se pelo pluralismo teórico, com o intuito de combater a intolerância e o dogmatismo, supondo não haver oposição entre profundidade e amplitude de perspectivas.

Em relação às questões de poder, no modelo Eitingon, em graus variados, a autoridade é conferida aos Comitês de Educação, com crescente participação de candidatos e relações mais democráticas; discute-se, cada vez mais, que a categoria vitalícia do analista didata deveria constituir uma função periodicamente avaliada. Se por um lado o modelo Eitingon vem se democratizando, por outro são questionados os limites desse processo, em função dos conflitos decorrentes dos efeitos da dispersão de poder que podem levar a um “vale tudo”. No modelo francês o Comitê de Formação encontra-se sob a responsabilidade

direta da Sociedade Psicanalítica, não havendo um instituto independente; há uma progressiva nivelção das hierarquias devido ao abandono da categoria do analista didata e, também, uma democratização crescente. No modelo uruguaio, como acima mencionado, as diferentes funções da formação estão organizadas em grupos e não como categorias individuais; os analistas solicitam sua admissão em quaisquer desses grupos, porém podem pertencer a um único grupo por vez. O Comitê de Educação representa essa estrutura grupal em sua composição.

Nos comentários críticos do estudo encontram-se questões instigantes: no modelo Eitingon há um sentimento de manipulação por parte dos candidatos, de falta de sinceridade, de uso dos *standards* numéricos para esconder o crescimento real, ocorrendo gravitação em torno de figuras poderosas e carismáticas. No modelo francês a preocupação diz respeito ao fato de a formação tornar-se extremamente longa, com muitos candidatos permanecendo por toda a vida como “satélites” da instituição. Já no modelo uruguaio, avalia-se o impacto das mudanças e os problemas decorrentes da eliminação das demandas; nota-se que os candidatos têm uma experiência temporária com análise intensiva durante a formação, reduzindo-a muito depois de graduarem-se.

3. Algumas reflexões e conexões com a história do movimento psicanalítico

O estudo anteriormente relatado indica que os três modelos apresentam similaridades e diferenças passíveis de alguns questionamentos. No modelo Eitingon entende-se que há concentração de poder nos analistas didatas e que a análise didática tem uma função por demais psicoterapêutica, enquanto que a análise pessoal no modelo francês é realizada previamente ao ingresso na formação, com o objetivo de elaborar as motivações da escolha por ser analista, sendo posteriormente avaliada em relação à aquisição de certos conteúdos, quando o candidato solicita o ingresso institucional. Podemos considerar, no modelo francês, a possibilidade de que o poder venha se concentrar nos membros titulares com função de supervisão? Levando-se em conta que há objetivos analíticos a serem avaliados *a posteriori* enquanto critérios para ingressar na instituição, haveria o risco de certo direcionamento na focalização das motivações para ser analista na atmosfera pedagógica? A estagnação de candidatos orbitando como satélites da instituição, no modelo francês, seria uma variante da gravitação em torno de didatas carismáticos no modelo Eitingon?

No modelo uruguaio, se por um lado a frequência mínima de quatro sessões também não constitui uma exigência institucional, por outro pode ser intensificada para cinco por semana em períodos mais regressivos, pressupondo que a imersão intensiva no *setting* analítico permite que o candidato tenha uma

postura madura nos espaços institucionais públicos. Haveria o risco, aqui, de aflorarem expectativas morais ou comportamentais?

Tais indagações levam à observação de que a análise didática pode funcionar como uma análise pessoal despreendida de metas psicoterapêuticas ou objetivos preestabelecidos voltados às questões da formação e da profissão, abordando-as quando surgem espontaneamente, permitindo elaborações da psicanálise enquanto objeto interno (assim como os demais objetos) e investigando suas dimensões não sensoriais. A impregnação, na análise de formação, de elementos relacionados mais diretamente à formação e ao poder excessivo do analista didata poderia ser decorrência de dificuldades de diferenciar realidade material e realidade psíquica? Um exemplo interessante para esse tipo de reflexão pode ser visto no caloroso relato intitulado “Inimigo da tarefa de curar”:

Quando comecei como analista didata e recebi em análise meu primeiro candidato, me dei conta de um absurdo: me peguei pensando na *carreira* desse candidato tanto ou mais que em seu *tratamento*. Por sua vez o candidato parecia mais preocupado com cálculos de quando entraria em seminários do que com o conhecimento sobre si mesmo. Poderia se pensar que essa experiência me serviu de antídoto contra casos similares. Para mim, pelo menos, não foi assim. Continuei a achar especialmente difícil sair do absurdo desse fato consumado: alguns candidatos que pedem análise didática vêm completar o curso, *em vez* de se analisar. Desde esse primeiro dia, *a maior dificuldade que encontrei na tarefa de analista didata é fazer da análise didática uma análise terapêutica*. (Aberasturi, 1959, citada por Fainstein, 2012, p. 117, grifos no original)

Esse tipo de relato permite entender a importância de que a função analítica – especialmente em análises de formação – seja encontrada pelo analista através da consideração pelas identificações projetivas massivas na psicanálise enquanto formação e profissão idealizadas, sensorializadas, quantificadas, enfim, excessivamente externalizadas. Intersubjetivamente, podemos considerar que a dupla analítica absorvida pelas dimensões sensoriais da análise de formação configura um provável *enactment*, no qual as angústias subjacentemente relacionadas a ambições profissionais criam defesas que impedem a investigação de suas raízes mais profundas.

Em “A história do movimento psicanalítico”, Freud (1914/1990a) refere-se à fundação da IPA, justificada anteriormente no texto “Psicanálise silvestre” (1910/1990c), e à oposição de analistas que temiam as restrições à psicanálise supostamente advindas de sua institucionalização. Adler, inclusive, chegou a fundar uma nova instituição com o curioso nome de “Sociedade de Psicanálise Livre”, que acabou por não se desenvolver. É interessante constatar como as divergências de Freud com Adler e Jung diziam respeito justamente a teorizações,

por eles elaboradas, que desconsideram os pressupostos psicanalíticos básicos sobre o funcionamento mental inconsciente, revelando enfoques comportamentais com acentuado cunho moralístico, bem distantes do enfoque propriamente psicanalítico. Como comenta E. H. Sandler (2012), as justificativas de Freud para a fundação da IPA não parecem pretensiosas, elitistas, preconceituosas, autoritárias, ou uma espécie de “reserva de domínio” ou de “tombamento científico”, como tem sido por vezes interpretado:

De forma alguma... Preferiria usar outro modelo, o da preservação ambiental de uma área de recursos naturais, vitais e pouco explorados; o cuidado e os critérios não impedem o seu desenvolvimento ou, tampouco, o acesso aos interessados. ... Multiplicam-se os “analistas selvagens”, pessoas interessadas em psicanálise, mas cujo preparo para sua prática podia ser apenas teórico. (Sandler, 2012, p. 27)

No artigo “Notas sobre memória e desejo”, Bion (1967/1990) recupera de maneira original e revigorante certas recomendações técnicas a princípio formuladas por Freud (1912/1990d), nas quais fica evidente a disciplina exigida pelo método psicanalítico para que seja atingido um tipo de atenção qualitativamente bastante diferente das habituais funções psíquicas que envolvem memórias, desejos e intelectualizações.

A função analítica pressupõe grande disponibilidade para a observação da evolução do que acontece no presente, em dimensões não sensoriais. Na especificidade da clínica psicanalítica, referências ao passado e ao futuro são observadas em sua atemporalidade inconsciente, ou seja, captando possíveis significados emocionais vivos e atuais das experiências que estão ocorrendo no aqui-agora da relação analítica, implícitas no discurso e comportamentos manifestos, tal como conceituado por Freud em “Recordar, repetir e elaborar” (1914/1990e). Esse nível profundo de observação implica uma abertura genuína do analista para o que acontece em sua própria mente, no campo intersubjetivo criado pelo encontro com o analisando. Como ponderado por Bion (1967/1990): “Quando consideramos a quão pouca oportunidade mesmo cinco sessões por semana oferecem ao psicanalista, qualquer obstáculo à observação parece sério” (p. 33).

Em um trabalho anterior (Gavião, 2013a), sugeri nomear *disfunção analítica* o estado de mente configurado por experiências emocionais mobilizadas pela *comunicação inconsciente* da dupla, que “capturam” o pensar psicanalítico, transitória ou prolongadamente, tais como: resistência, transferência negativa, transferência erótica, transferência psicótica, transferência do analista, contratransferência, reação terapêutica negativa, pulsão de morte, inveja primária, posição esquizoparanoide, identificação projetiva maciça, pressupostos básicos (dependência, luta-fuga, acasalamento), reversão da função-alfa, posição

autista-contígua, narcisismo destrutivo, entre outros, e o atualmente bastante discutido *enactment* (Cassorla, 2009).

Considerando a recorrência de tais estados “disfuncionais”, como seria possível processá-los e simbolizá-los sem um treinamento bastante específico? Como adquirir maior acuidade na observação da realidade psíquica se não através do desenvolvimento de um tipo especial de atenção – a atenção flutuante? Esse olhar voltado para o não sensorial pressupõe um mergulho intersubjetivo dentro de um *setting* que favoreça a “auto-observação acrítica” (Freud, 1900/1990b).

A percepção de níveis inconscientes das experiências é favorecida, ainda que não garantida, pela análise pessoal. Como nesse campo não há garantias, é prudente não subestimarmos a força dos impulsos inconscientes, reconhecendo a análise do analista como o principal veículo de conhecimento psicanalítico, além da supervisão e do estudo de teorias (Barros, 2014; Gavião, 2013b; Rocha, 2001).

4. Psicanálise e contemporaneidade

Pontos de vista diferentes são sempre bem-vindos, pois sua dialética estimula a atenção à consistência ou à falta dela nas diversas linhas de argumentação, gerando aprendizado e crescimento. No “Informe” citado no item 2, Erlich (2006) admite que, apesar das diferenças, os três modelos de formação oficializados pela IPA representam um profundo compromisso com a psicanálise e um genuíno esforço de transmiti-la transcendendo o limite intergeracional da melhor maneira possível.

O cuidado com o *setting* da análise de formação, qualquer que seja a instituição ou o modelo adotado, é recomendado para evitar a confusão entre psicanálise e outras formas de psicoterapia, tanto no diálogo “intra” como interdisciplinar. É desejável que não deixemos de reconhecer o significado metapsicológico do *setting* psicanalítico, pois uma das fontes da suposta “crise da psicanálise” pode estar na resistência dos próprios psicanalistas ao método que se propõem utilizar.

A estereotipia dos *standards* parece estar muito mais relacionada à falta de flexibilidade dos analistas para apreender a realidade psíquica de maneira livre e criativa do que aos modelos de formação em si. Patrick Guyomard, renomado psicanalista francês que conviveu por alguns anos com Lacan, em sua palestra na Plenária de Encerramento da última Jornada Lacan na IPA (2014) realizada na SBPSP, comentou sobre o fato de que, na França, ser lacaniano tornou-se um *standard* caracterizado por análises de sessões curtas (em vez de sessões de tempo variável, como originariamente foi proposto nesse modelo) e salas de espera com sete a oito pacientes. Vê-se que a desregulamentação da

análise de formação não necessariamente evita a tendência em aderir padrões estereotipados de conduta profissional. Pertencendo a uma instituição não vinculada à IPA, Guyomard comentou, nessa mesma plenária, que conhece vários colegas lacanianos que nunca leram Freud ou que não puderam ter tempo em suas análises pessoais para analisar seus sonhos e questões transferenciais, devido à prática disseminada de sessões curtas; Guyomard referiu-se, também, a colegas lacanianos que têm se interessado pelos conhecimentos trazidos por autores como Klein, Bion e Winnicott.

A clínica contemporânea, talvez mais do que em épocas passadas, demanda convicção e clareza quanto à utilidade do método psicanalítico, para que seja possível a muitas pessoas aprisionadas em suas compulsões encontrarem sentido para seus sintomas, como: horas de ginástica sete vezes por semana, compras excessivas, transtornos alimentares, vício em internet, trabalho, drogas etc. Em minha experiência, alguns pacientes tipicamente *borderlines* têm gradualmente aderido ao esquema de quatro ou cinco sessões por semana, conforme vou lhes comunicando minha maneira de trabalhar e à medida que percebem que podem compreender e se libertar de suas obsessões, ainda que não completamente. Yang transmite com precisão o desafio da construção da identidade psicanalítica na cultura chinesa, permitindo-nos transpô-lo aos mais variados contextos culturais em diversos países:

Especialmente nesta era de supervalorização da satisfação das necessidades materiais, as atividades culturais do tipo *fast-food* tendem a ser mais populares. O objetivo primordial da vida é aproveitar os frutos materiais da modernização. A psicanálise pode tornar-se um tópico de conversa das pessoas durante o seu tempo de lazer. Contudo, o aspecto único e profundo do pensamento psicanalítico e suas teorias sistemáticas, assim como o longo e rigoroso processo de formação, constituem-se em algo de difícil digestão para as pessoas do mundo de hoje. (Yang, 2013, p. 240)

A experiência psicanalítica implica, necessariamente, dores psíquicas e evasões, além do gradativo e gratificante crescimento da autopercepção interna. Mas a natureza subjetiva do “produto” da psicanálise, extremamente variável conforme a parceria analítica, não permite um cálculo objetivo e generalizado de seu valor. O valor de uma análise é sempre relativo e pode ser comparado ao de um livro: cada leitor atribuirá um valor particular a partir de sua própria leitura pessoal.

Na abertura do livro 1 da trilogia “Uma memória do futuro”, Bion apresenta o seguinte diálogo:

P. *Pode me dar uma ideia do que se trata?*

R. *Acredito que seja psicanálise.*

P. *Tem certeza? Parece um negócio meio esquisito.*

R. *É um negócio esquisito – como a psicanálise. Você teria que lê-lo.*

P. *É claro. Mas acho que não tenho nem tempo, nem dinheiro.*

R. *Nem eu.*

P. *Mas você não leu o livro?*

R. *De certa maneira, sim.*

P. *Você é um vendedor esquisito. Só estou querendo saber....*

R. *Não sou vendedor. Apenas o escrevi.*

P. *Oh, peço desculpas! Achei que....*

R. *Estou lisonjeado, mas sou apenas o autor.*

P. *Pode me dar um autógrafo?*

R. *Não.*

P. *Oh.*

(Bion, 1975/1989, p. 5)

Mesmo sem tabelamento de valores, sabemos que o investimento necessário à formação psicanalítica não é pequeno, assim como o trabalho dedicado também não o é. E não se trata propriamente de um “produto” a ser vendido ou comprado, mas, sim, *vivenciado* conforme os recursos psíquicos, sem certificado de garantia ou prazo de validade. Nossa vaidade ou excesso de autógrafos podem atrapalhar...

Función y disfunción analíticas cuando el objeto interno es el propio psicoanálisis: algunas reflexiones sobre las instituciones psicoanalíticas

Resumen: A partir de situaciones vivenciadas en la institución psicoanalítica, en el análisis personal, en la práctica particular y en un servicio público, la autora reflexiona sobre la internalización del psicoanálisis como un objeto a ser desidealizado durante el análisis didáctico. Cuestiona algunos aspectos de los tres modelos de formación oficiales de la IPA y señala conexiones con la historia del movimiento psicoanalítico y con la contemporaneidad.

Palabras clave: función analítica, objeto interno, institución psicoanalítica, formación psicoanalítica, contemporaneidad

Analytical Function and Dysfunction when the Internal Object is Psychoanalysis Itself: Reflections on Psychoanalytic Institutions

Abstract: Based on situations encountered in the psychoanalytic institution, in personal analysis, in private practice and in the public hospital, we discuss the internalization of psychoanalysis as an object to be deidealised during training analysis. We question aspects of the three official IPA training models and we point out links with the history of the psychoanalytic movement and with contemporaneity.

Keywords: analytic function, internal object, psychoanalytic institution, psychoanalytic training, contemporaneity

Referências

- Barros, I. G. (2014). Invariâncias da psicanálise e formação analítica. *Jornal de Psicanálise*, 47 (86), 43-48.
- Bion, W. R. (1967). Notas sobre memória e desejo. In E. B. Spillius (Ed.), *Melanie Klein Hoje – Desenvolvidos da teoria e da técnica*. (B. H. Mandelbaum, trad., Vol. 2, pp. 30-34). Rio de Janeiro: Imago, 1990.
- Bion, W. R. (1975). *Uma memória do futuro*. I O sonho. (P. Sandler, trad.). São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- Cabral, A. C. (2012). Transmissão e ensino: uma antiga tensão em busca de novas respostas. *Calibán – Revista Latino-Americana de Psicanálise*, 10 (1), 108-113.
- Calil, C. A. (2009). Entrevista. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 43 (4), 15-27.
- Caper, R. (2002). *Tendo mente própria* (H. Pedreira et al., trans.). Rio de Janeiro: Imago.
- Cassorla, R. M. S. (2009). Reflexões sobre não-sonho-a-dois, *enactment* e a função alfa implícita do analista. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 43 (4), 91-120.
- Erlich, S. (2006). Informe del Comité de Educación (CE) de la API para Junta de Representantes de la API. Berlín, julio 29-30, 2006. <http://www.abcpsicanalise.com.br>. Acessado em 10/11/2014.
- Fainstein, A. (2012). Melhores condições para a experiência do inconsciente. *Calibán – Revista Latino-Americana de Psicanálise*, 10 (1), 114-117.
- Freud, S. (1990a). A história do movimento psicanalítico. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. (J. Salomão, trad., Vol. 14, pp. 12-82). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1914)
- Freud, S. (1990b). A interpretação de sonhos. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. (J. Salomão, trad., Vols. 4-5, pp. 1-566). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1900)
- Freud, S. (1990c). Psicanálise silvestre. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. (J. Salomão, trad., Vol. 11, pp. 205-213). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1910)
- Freud, S. (1990d). Recomendações aos médicos que exercem a psicanálise. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. (J. Salomão, trad., Vol. 12, pp. 147-159). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1912)
- Freud, S. (1990e). Recordar, repetir e elaborar (Novas recomendações sobre a técnica da psicanálise II). In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. (J. Salomão, trad., Vol. 12, pp. 189-203). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1914)
- Gavião, A. C. D. (1996). *Envelhecimento e psicoterapia psicanalítica: um estudo piloto através do Método de Rorschach*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Psicologia – USP.
- Gavião, A. C. D. (2003). *A passagem do tempo e suas ressonâncias íntimas: psicanálise, Rorschach e envelhecimento*. São Paulo: Vetor. (Trabalho originalmente apresentado como Tese de Doutorado, Instituto de Psicologia – USP)
- Gavião, A. C. D et al. (2004). Escuta psicanalítica no *setting* hospitalar: o Procedimento de Desenhos-Estórias como intermediador. *Mudanças*, 12, 409-432.
- Gavião, A. C. D. (2005). “Emergências” inconscientes: intervenções psicanalíticas no Pronto Socorro do ICHC-FMUSP. *Anais do III Congresso Interamericano de Psicologia da Saúde: Território e Percursos do Psicólogo Hospitalar*, pp. 30-31.
- Gavião, A. C. D. (2013a). Indiferenciação, gemelaridade e a função analítica capturada. Trabalho apresentado em Reunião Científica da SBPSP, São Paulo.
- Gavião, A. C. D. (2013b). À moda da casa”: considerações sobre transmissão da psicanálise e clínica psicanalítica contemporânea. *Jornal de Psicanálise*, 46 (85), 35-47.
- Guyomard, P. (2014). Plenária de Encerramento da VII Jornada Lacan na IPA, realizada em 10 de maio de 2014. Áudio disponibilizado pela Biblioteca da SBPSP.

- Herrmann, L. (2013). Transmissão da psicanálise e prática analítica hoje: um desafio. *Jornal de Psicanálise*, 46 (85), 21-26.
- Klein, M. (1946). Notas sobre alguns mecanismos esquizoides. In M. Klein, *Inveja e gratidão e outros trabalhos*. V. III das *Obras Completas de Melanie Klein*. (pp. 20-43). Rio de Janeiro: Imago, 1991.
- Klein, M. (1957). Inveja e gratidão. In Klein, M. *Inveja e gratidão e outros trabalhos*. V. III das *Obras Completas de Melanie Klein*. (pp. 207-267). Rio de Janeiro: Imago, 1991.
- Massi, M. (2014). *Jornal de Psicanálise – Carta-convite nº 87*. Email enviado pelo Instituto de Psicanálise Durval Marcondes da SBPSP, em 02 de outubro de 2014.
- Meyer, L. (2007). A análise didática deve ser mantida? *Revista Brasileira de Psicanálise*, 41 (3), 33-40.
- Quinodoz, D. (1992). O *setting* psicanalítico como instrumento da função continente. *International Journal of Psycho-Analysis*, 72, 627-635.
- Rocha, N. J. N. (2001). Estamos reprimindo ou estimulando nossos candidatos? Dilemas da aprendizagem. Trabalho apresentado no 42º Congresso Internacional de Psicanálise, realizado em Nice, no dia 26 de julho de 2001.
- Sandler, E. H. (2012). Pluralismo e singularidade. In P. Montagna (Ed.), *Dimensões: Psicanálise. Brasil. São Paulo* (pp. 25-34). São Paulo: SBPSP.
- Yang, Y. (2013). O desafio da identidade profissional de clínicos chineses no processo de aprendizagem e prática da psicoterapia psicanalítica: a discussão sobre o enquadramento da cultura chinesa. *Livro Anual de Psicanálise, XXVII* (2), 233-242.

Ana Clara Duarte Gavião
gaviaoanaclara@gmail.com

Recebido em: 10/11/2014
Aceito em: 18/11/2014